

**DESIGUALDADES ENTRE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO QUANTO AO
SEXO, À COR E À FORMAÇÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA REDE
ESTADUAL DA PARAÍBA**

**INEQUALITIES AMONG HIGH SCHOOL TEACHERS IN TERMS OF GENDER,
COLOR, AND EDUCATION: AN EXPLORATORY STUDY IN THE STATE OF
PARAÍBA**

**DESIGUALDADES ENTRE LOS PROFESORES DE SECUNDARIA EN RELACIÓN
CON EL GÉNERO, EL COLOR Y LA EDUCACIÓN: UN ESTUDIO
EXPLORATORIO EN LA RED ESTATAL DE PARAÍBA**

MOREIRA, Alan Leite
alanpb@hotmail.com

UFPB – Universidade Federal da Paraíba
<https://orcid.org/0000-0002-4453-4835>

GALVÃO, Vivianny Kelly
viviannygalvao@hotmail.com

Unit – Centro Universitário Tiradentes
<https://orcid.org/0000-0002-8433-4440>

RESUMO Objetivou-se refletir sobre as desigualdades entre os professores do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino da Paraíba quanto às categorias ‘sexo’, ‘cor/raça’ e ‘formação’. Realizaram-se uma revisão bibliográfica e uma análise descritiva do banco de dados da Secretaria de Educação do Estado. Identificou-se que a maioria é do sexo feminino e da cor negra. Quanto à formação, no entanto, as professoras negras são a maior parte apenas entre os graduados e os especialistas, sendo os professores negros a maioria entre os mestres, e as professoras brancas entre os doutores. Ressalta-se a necessária formulação de políticas públicas que visem à democratização do acesso e da permanência na Educação Superior e de ações afirmativas para o ingresso no serviço público e para a ascensão profissional na carreira docente.

Palavras-chave: Formação de professores. Gênero. Raça.

ABSTRACT The objective was to reflect on the inequalities among high school teachers in the Paraíba state network regarding the categories of sex, color/race, and education. A bibliographic review and a descriptive analysis of the data bank of the State Secretary of Education were carried out. It was identified that the majority is female and black. As for education, however, black female teachers are the majority

only among the graduates and specialists, while black male teachers are the majority among the masters and white female teachers among the doctors. We emphasize the need for the formulation of public policies aimed at democratizing access to and permanence in Higher Education and affirmative action for entry into public service and for professional advancement in the teaching career.

Keywords: Teacher training. Gender. Race.

RESUMEN El objetivo era reflexionar sobre las desigualdades entre los profesores de secundaria de la red del estado de Paraíba en relación con las categorías de género, color/raza y educación. Se realizó una revisión bibliográfica y un análisis descriptivo de la base de datos de la Secretaría de Educación del Estado. Se identificó que la mayoría son mujeres y negros. En cuanto a la formación, sin embargo, los profesores negros son mayoritarios sólo entre los licenciados y especialistas, siendo los negros mayoritarios entre los maestros y los blancos entre los doctores. Enfatizamos la necesidad de la formulación de políticas públicas orientadas a la democratización en el acceso y permanencia de la Educación Superior y la acción afirmativa para el ingreso al servicio público y para el ascenso profesional en la carrera docente.

Palabras clave: Formación de profesores. El género. La carrera.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O mercado de trabalho brasileiro está marcado por desigualdades de gênero e raça significativas e persistentes. Essa problemática, eixo estruturante da matriz da desigualdade social, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social do país. Essa questão deve ser levada em consideração na formulação de políticas públicas, sobretudo as de emprego, inclusão social e redução da pobreza (ABRAMO, 2006).

As diferenças marcantes entre a população brasileira, seja de sexo, de gênero ou de cor/raça, exercem influência direta sobre os espaços sociais, que são ocupados por diferentes grupos de trabalhadores e, por sua vez, impactam seletivamente nas condições de vida dos indivíduos. Por exemplo, conforme ressalta Barata (2009), a posição social dos indivíduos e dos grupos sociais é determinante no estado de saúde da população, podendo ser mensurada por indicadores de classe social, por variáveis isoladas como escolaridade e classe ocupacional, ou a partir das condições de vida em determinados espaços geográficos.

Sotero (2013) ressalta que a escolaridade não é o único fator que influencia a mobilidade social dos indivíduos, mas ainda é um dos principais definidores do posicionamento socioeconômico dos indivíduos na hierarquização social. A autora

esclarece ainda que uma análise de gênero deve considerar questões relativas não apenas ao acesso à educação, mas também às relações hierárquicas (re)produzidas no próprio sistema educacional.

Nesse contexto, Abramo (2006) verificou que o nível de escolaridade das mulheres é claramente superior ao dos homens. No entanto, a taxa de desemprego de mulheres e negros¹ é superior à de homens e brancos. Em paralelo, os rendimentos das mulheres e dos negros são inferiores aos dos homens e dos brancos, inclusive entre aqueles que têm o mesmo nível de escolaridade.

As desigualdades na educação brasileira vêm, por muitos anos, motivando a agenda de pesquisas e ações com foco em políticas públicas educacionais direcionadas à garantia do direito à educação de qualidade para todos. A partir de diferentes análises, a abordagem da desigualdade educacional tem considerado desde o acesso, a qualidade e a permanência na escola, até as desiguais oportunidades na formação e inserção profissional, inclusive na docência (FCC, 2020).

A partir dessas questões, o presente texto objetiva refletir sobre as desigualdades entre os professores do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino da Paraíba quanto às categorias 'sexo', 'cor/raça' e 'formação'. Para isso, recorreremos a uma revisão bibliográfica referente aos estudos interdisciplinares sobre desigualdades e aos dados da Secretaria de Educação do Estado.²

Inicialmente, apresentamos alguns dados e discussões sobre o perfil do professor da Educação Básica brasileira quanto ao sexo, à cor/raça e à formação. Posteriormente, trazemos à tona o caso específico dos professores do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, levando em conta as mesmas categorias de análise.

2 PERFIL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

2.1 Desigualdades entre os professores brasileiros de acordo com o sexo

¹ Adotamos a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que classifica os negros como o grupo de pretos e pardos.

² Os dados estão disponíveis na plataforma www.saber.pb.gov.br, que contém os principais indicadores da educação no estado da Paraíba.



A partir de dados do Censo da Educação Básica dos anos de 2009, 2013 e 2017, Carvalho (2018) analisou características demográficas, do contexto de trabalho e da formação do docente brasileiro. Além de outros importantes resultados, a pesquisa revelou que a maioria dos professores da Educação Básica é do sexo feminino, mas essa predominância diminui à medida que progredem as etapas de ensino. Em 2017, professores do sexo feminino correspondiam a 81% do total, ocupando 96,6% na Educação Infantil, 88,9% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 68,9% nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 59,6% no Ensino Médio.

Mais recentemente, conforme o Censo da Educação Básica de 2020, do total de professores que atuavam no Ensino Médio naquele ano, 57,8% são do sexo feminino, e 42,2% do sexo masculino (BRASIL, 2021). Nesse sentido, observa-se uma progressiva tendência de ‘masculinização docente’ no Ensino Médio, diminuindo a histórica representatividade das mulheres na docência. Durante a pandemia de Covid-19, uma pesquisa aplicada virtualmente com 14.285 professores da Educação Básica de todos os estados brasileiros, das redes pública e privada, confirmou, mais uma vez, que as professoras se destacam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enquanto os homens estão mais presentes nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (FCC, 2020).

A feminização do magistério é um fenômeno histórico-cultural marcante no país. Martins e Richartz (2020), ao analisar as influências das desigualdades de gênero como um elemento da descaracterização da profissão docente, ressaltam que o processo de feminização ocorreu principalmente quando a mulher teve o direito de atuar nos espaços públicos a partir do século XIX, deixando de realizar apenas tarefas domésticas e sua função maternal. Entretanto, as dificuldades impostas pela sociedade patriarcal ainda estão fortemente presentes nos dias de hoje.

Ao refletir sobre a relação entre gênero, educação das mulheres e feminização do magistério na Educação Básica brasileira, Prá e Cegatti (2016, p. 225) concluíram que,

[...] apesar das mudanças em relação à presença feminina no espaço público, ainda hoje se encontram enormes disparidades em relação à igualdade de

oportunidade entre homens e mulheres. Mesmo em ocupações onde as mulheres são maioria, estas aparecem em postos vulneráveis, enquanto os homens estão posicionados no topo da hierarquia profissional.

Nesse sentido, precisamos estar atentos não apenas ao papel que as mulheres ocupam na Educação, mas também a onde e como elas estão inseridas nessa área, visando superar as desigualdades de oportunidades em comparação aos homens. No âmbito da Educação Básica, o fato de as professoras estarem mais fortemente presentes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental ainda evidencia a vinculação da ideia de educar com o cuidado feminino e/ou com as obrigações domésticas. Isso acaba por alterar o significado e o valor social e profissional que as mulheres detêm dentro do campo educacional.

Conforme ressaltam Venco e Sousa (2020) em pesquisa realizada com docentes da Educação Básica vinculados às Redes Estaduais de Ensino de todos os estados brasileiros, a discussão sobre a divisão social do trabalho antecede a da feminização na docência, uma vez que a homens e mulheres são atribuídos papéis diferentes na sociedade e, dessa forma, o trabalho masculino é valorizado de forma distinta do feminino. Logo, uma discussão sobre a questão da mulher na docência deve ser precedida de uma análise sistêmica e estrutural da presença da mulher na sociedade e no mercado de trabalho.

2.2 Desigualdades entre os professores brasileiros de acordo com a raça/cor

Com relação à raça/cor, Carvalho (2018) identificou que, no Censo de 2017, a maioria dos professores da Educação Básica é da cor branca (42%), seguida pelos negros (29,3%), não declarados (27,4%), amarelos (0,7%) e indígenas (0,6%). A predominância dos brancos aumenta à medida que progredem as etapas de ensino. No Ensino Médio, são 46,7% de brancos, 28,2% de não declarados, 24% de negros, 0,6% de amarelos e 0,5% de indígenas.

Ratificando essa tendência, a FCC (2020) confirmou, mais uma vez, que a categoria profissional docente é majoritariamente branca: 53% de mulheres brancas, 11% de homens brancos, 26% de mulheres negras e 7% de homens negros. Entretanto, o referido estudo também identificou que, nos últimos anos, a mudança na

composição racial da população brasileira vem favorecendo um possível equilíbrio entre docentes não negros e negros.

Além disso, Artes e Unbehaum (2021) destacam que essa mudança no perfil étnico-racial, nas últimas décadas, é resultante do crescimento da participação de estudantes negros no Ensino Superior brasileiro. As autoras atribuem essa nova realidade à pressão dos movimentos sociais negros, que conquistaram importantes políticas públicas de inclusão a partir dos anos de 1990, por meio de cotas, consolidadas durante os anos 2000. Entretanto, apesar dessas iniciativas, a participação de negros em comparação com o total da população ainda é distante da ideal.

Sobre as diferenças raciais entre negros e brancos em nossa sociedade, Santos (2019, p. 941) propõe o uso do termo 'negrofilia' em análises sobre a branquitude:

Negrofilia é o termo usado para explicar o consumo do corpo negro e de aspectos da negritude realizado por sujeitos brancos, que não reconhecem os privilégios de branquitude deles. [...] a branquitude é o lugar de privilégios materiais e simbólicos ocupados pelos indivíduos reconhecidos como brancos em nossa sociedade racialmente hierarquizada.

Nesse sentido, o autor ainda apregoa que a educação para as relações étnico-raciais, seja na Educação Básica, seja no Ensino Superior, não deve depender do compromisso exclusivo de professores engajados com as pautas antirracistas, em especial os(as) professores(as) negros(as): ela deve ser parte constituinte da formação, reflexão e ação de todos os professores, inclusive os(as) professores(as) brancos(as) (SANTOS, 2019).

2.3 Desigualdades entre os professores brasileiros de acordo com a formação

Quanto à formação dos docentes da Educação Básica, Carvalho (2018) ressaltou que a maioria é profissional com nível superior completo, com tendência de aumento ao longo do tempo: de 67,6% no Censo de 2009, para 78,4% no Censo de 2017. No Ensino Médio, esse percentual é ainda mais elevado, atingindo 91,3% no Censo de 2017.

Quanto aos professores com pós-graduação, entre os anos de 2009 e 2017 houve um aumento de 11,7%, passando de 24,2% para 35,9%, sendo a especialização o grau mais frequente, acima de 95%. Os professores com mestrado e doutorado estão concentrados principalmente no Ensino Médio (CARVALHO, 2018). Vale lembrar que uma das metas do atual Plano Nacional de Educação (PNE) é fazer com que, até o final da sua vigência, em 2024, 50% dos professores da Educação Básica tenham pós-graduação. Recentemente, o Censo de 2020 revelou que 43,4% dos professores da Educação Básica possuem pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* (BRASIL, 2021).

Nesse sentido, observa-se uma evolução do percentual de docentes da Educação Básica com pós-graduação. Com a análise do perfil dos professores da Educação Básica brasileira, foi possível identificar que na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, níveis de ensino em que o grau de exigência de formação profissional é menor, estão majoritariamente presentes as mulheres e os brancos ou pardos. Por outro lado, no Ensino Médio, nível em que o requisito de qualificação profissional é maior, o sexo feminino, apesar de ainda ser maioria, está presente em menor proporção. Além disso, há uma presença ainda mais elevada de professores brancos nesta etapa. Também se percebe que, no Ensino Médio, há maior concentração de professores mais qualificados, revelando uma marcante hierarquização na carreira profissional do docente da Educação Básica.

Logo, essa problemática relação entre as categorias ‘sexo’, ‘raça/cor’ e ‘grau de formação’ dos professores reflete a marcante desigualdade presente na sociedade brasileira, em seus diversos espaços sociais, inclusive entre os profissionais da Educação Básica. Conforme apontam Martins e Richartz (2020, p. 49), “[...] sem a equidade e a disrupção tão desejadas nas escolas e no mercado de trabalho a mudança torna-se um mero engano”.

3 DESIGUALDADES ENTRE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DA PARAÍBA

3.1 Desigualdades entre os docentes de acordo com o sexo e a cor/raça



Na Rede Estadual de Ensino da Paraíba, existem 19.527 professores em exercício no Ensino Médio, sendo 12.441 (63,71%) do sexo feminino, e 7.086 (36,29%) do sexo masculino. Desse total, 10.070 (51,57%) são negros, 6.013 (30,79%) são brancos, 3.028 (15,51%) são não declarados, 296 (1,52%) são indígenas e 120 (0,06%) são amarelos (Tabela 1):

Tabela 1 – Professores em exercício no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, por cor/raça e sexo (nov. 2020)

Cor/raça	Gênero		Total
	Feminino	Masculino	
Negros	6.138	3.932	10.070
Branco	3.999	2.014	6.013
Indígenas	193	103	296
Amarelos	82	38	120
Não declarados	2.029	999	3.028
Total	12.441	7.086	19.527

Fonte: elaborada pelos autores com dados da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (2020).

A maioria dos professores em exercício no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino da Paraíba é do sexo feminino (63,71%). Esse dado é semelhante ao que foi revelado por Carvalho (2018) e pelo Censo de 2020, a saber, que a docência se mostra, ainda hoje, como uma oportunidade de trabalho para as mulheres.

Em parte, isso pode ser devido ao fato de que, conforme aponta Sotero (2013), as mulheres têm melhor desempenho nos diferentes níveis de ensino e estão presentes em maior quantidade no Ensino Superior. Além disso, a autora identificou que nos cursos de graduação da área da Educação, os estudantes do sexo feminino também são maioria.

Os cursos de licenciatura, que são pré-requisitos para lecionar no Ensino Médio, são ocupados majoritariamente por mulheres, conforme consenso nos debates e nas pesquisas sobre o fenômeno de feminização da docência. Essa constatação é resultado de uma construção histórica, social e cultural, que reflete não apenas a ideia do ensino vinculada ao sexo feminino, mas também as relações de gênero (VIANNA, 2001).

Ressalta-se que a categoria de análise 'sexo/gênero' deve ser considerada na reflexão sobre as características das relações que se constituem no ambiente escolar, sendo mais um importante aspecto nas formulações de políticas públicas para a carreira dos professores (CARVALHO, 2018). Já quanto à cor/raça, um pouco mais da metade dos professores do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (51,57%) é negro, seguida dos que se declararam brancos (30,79%). Em certa medida, esse dado diverge do perfil dos professores brasileiros, que é composto por 46,7% de brancos, 28,2% de não declarados e apenas 24% de negros no Ensino Médio, conforme Carvalho (2018).

Nesse sentido, apesar de os estudantes brancos serem maioria no Ensino Superior, sejam mulheres ou homens, essa relação é invertida nos cursos de menor prestígio social, tais como os de licenciatura (SOTERO, 2013), em que os negros têm maior representatividade.

Em pesquisa realizada por Ristoff (2014), constatou-se que os cursos mais competitivos tendem a ter percentuais menores de negros, enquanto os cursos de licenciatura e os de baixa demanda têm percentuais maiores. No entanto, o autor ressalta que algumas políticas públicas³ estão criando oportunidades de mobilidade social para os universitários trabalhadores, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e filhos de pai sem escolaridade.

Corroborando essa perspectiva, Carvalho (2018) ressalta que é importante debater e considerar políticas de ação afirmativa e de promoção de igualdade no acesso à profissão e à progressão profissional. A autora destaca ainda, que a categoria de análise 'cor/raça' deve ser considerada como subsídio para a formulação de políticas públicas que considerem a multiculturalidade, tanto para a formação do próprio docente quanto para a implementação do projeto político-pedagógico da escola.

3.2 Desigualdades entre as professoras de acordo com a cor/raça e a formação

³ O Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o novo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), a Lei das Cotas nas Instituições Federais, a criação de novas universidades e de novos *campi* das universidades federais, a política de interiorização e a criação dos Institutos Federais de Educação.



Do total de professores do sexo feminino, existem 6.138 (49,34%) declaradas negras, 3.999 (32,14%) brancas e 2.029 (16,31%) não declaradas, seguidas de apenas 193 (1,55%) indígenas e 82 (0,66%) amarelas. Quanto à formação acadêmica, a maioria possui no máximo pós-graduação *lato sensu*, sendo 5.724 (46,00%) graduadas e 5.709 (45,89%) especialistas. Por outro lado, a minoria possui pós-graduação *stricto sensu*, sendo 921 (7,40%) mestradas e 120 (0,96%) doutoras (Tabela 2):

Tabela 2 – Professores do sexo feminino em exercício no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, por cor/raça e formação (nov. 2020)

Cor/Raça	Formação				Total
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Negros	2.691	2.946	460	41	6.138
Branco	1646	1.961	340	52	3.999
Indígenas	133	59	1	-	193
Amarelos	35	39	7	1	82
Não declarados	1.219	683	104	23	2.029
Total	5.724	5.709	921	120	12.441

Fonte: elaborada pelos autores com dados da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (2020). Sinal convencional utilizado - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Ao analisar a relação entre o grau de formação e a cor/raça, observamos que, apesar de as mulheres negras serem maioria entre as professoras e também entre as graduadas, especialistas e mestradas, foram as mulheres brancas que obtiveram o maior número de títulos de doutorado. Isso vai ao encontro da pesquisa de Vanali e Silva (2019), que constatou que, nos três níveis acadêmicos (doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional), há sub-representação da população negra no corpo docente. Nesse contexto, os autores ressaltam a importância das políticas de ação afirmativa também para a pós-graduação.

Nesse sentido, ao dimensionar as desigualdades por sexo e cor/raça na pós-graduação brasileira e identificar que o acesso à escolarização é diferenciado tanto por sexo quanto por cor/raça, com piores indicadores para os negros, Artes (2018, p. 19) ressalta:

Várias conquistas [...] foram alcançadas no acesso de negros ao ensino superior brasileiro nas últimas décadas, porém muito ainda falta percorrer para a desejável equidade entre os grupos por cor/raça no acesso as etapas mais elevadas (e prestigiadas) de escolarização.

É necessário lembrar que, apesar de a população brasileira apresentar paridade numérica entre homens e mulheres, com um sutil predomínio de negros em relação a brancos, o mesmo não ocorre quando se considera o cenário educacional, principalmente nas etapas mais elevadas de escolarização (ARTES, 2018). Nesse sentido, ao investigar a presença do negro na ciência brasileira contemporânea, Nascimento (2018, p. 123) esclarece:

[...] é necessário haver mudanças tanto na inclusão de grupos marginalizados, quanto no debate, em trabalhos futuros, sobre o papel dessa realidade para a manutenção de privilégios brancos no *status quo* e a manutenção do racismo epistêmico e sua configuração cordial na sociedade brasileira.

Assim, o autor ainda ressalta que “[...] a entrada de negros e negras [...] num espaço como a pós-graduação possibilita novos olhares sobre os objetos científicos e, portanto, mudanças epistemológicas na própria ciência brasileira” (NASCIMENTO, 2018, p. 122). Dessa forma, a democratização do acesso e da permanência nos níveis mais elevados do ensino, como a pós-graduação *stricto sensu*, visando à igualdade de oportunidades para as diferentes cores/raças, é um caminho viável para a diminuição das diferenças e das desigualdades entre negros e não negros.

3.3 Desigualdades entre os professores de acordo com a cor/raça e a formação

Do total de professores do sexo masculino, existem 3.932 (55,49%) declarados negros, 2.014 (28,42%) brancos, 999 (14,10%) não declarados, 103 (1,45%) indígenas e 38 (0,54%) amarelos. Quanto à formação acadêmica dos professores, a maioria possui no máximo pós-graduação *lato sensu*, sendo 3.454 (48,74%) graduados e 2.696 (38,05%) especialistas. Por outro lado, a minoria possui pós-graduação *stricto sensu*, sendo 840 (11,85%) mestres e 96 (1,35%) doutores (Tabela 3):



Tabela 3 – Professores do sexo masculino em exercício no Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, por cor/raça e formação (nov. 2020)

Cor/raça	Formação				Total
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Negros	1.827	1.590	470	45	3.932
Branco	916	803	264	31	2.014
Indígenas	65	32	4	2	103
Amarelos	17	17	4	-	38
Não declarados	629	254	98	18	999
Total	3.454	2.696	840	96	7.086

Fonte: elaborada pelos autores com dados da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (2020). Sinal convencional utilizado - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Ao analisar a relação entre o grau de formação e a cor/raça, observamos que apesar de o número de professores negros ser quase o dobro do de professores brancos, essa proporção diminui à medida que o grau de formação aumenta. Enquanto, no caso dos graduados, a proporção é de 1,95 negros para cada 1 branco, no caso dos doutores, essa relação diminui para 1,45 negros para cada 1 branco.

Portanto, conforme ressaltam Vanali e Silva (2019), além da necessidade de garantir o ingresso dos estudantes negros na pós-graduação, outro desafio é garantir sua permanência, por meio do estabelecimento de uma eficaz política de assistência estudantil, sobretudo nos mais altos graus de formação acadêmica. Não só a formação impacta diretamente nos padrões de vencimento dos professores, uma vez que estes servidores públicos estão vinculados ao plano de carreira,⁴ mas também as diferenças entre gênero e cor/raça.

Assim, infere-se que as mulheres brancas apresentam, proporcionalmente, as maiores rendas entre os docentes, já que possuem nível de formação mais elevado. Portanto, essas desigualdades interferem diretamente nas condições de vida dos professores: saúde, educação, segurança, moradia e qualidade de vida. Além disso, conforme identificaram Monteiro e Altmann (2021), os homens estão percentualmente mais presentes em cargos relacionados mais especificamente à face administrativa da gestão do que naqueles dedicados mais diretamente à face pedagógica, o que

⁴ Lei Estadual nº 7.419, de 15 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para os Profissionais da Educação do Estado da Paraíba.



evidencia mais uma relação desigual entre gênero e escolha na ascensão da carreira docente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos professores da Rede Estadual de Ensino da Paraíba em exercício no Ensino Médio declarou-se do sexo feminino e negro. Quanto à formação dos docentes, também foi identificado que as professoras negras são a maior parte apenas entre os graduados e os especialistas, sendo os professores negros a maioria entre os mestres, e as professoras brancas entre os doutores.

A hierarquização profissional constatada nesse grupo de docentes é reflexo das relações sexistas e racistas presentes na sociedade brasileira, que, por sua vez, são resultado de uma construção histórica, social e cultural. Dessa maneira, ressalta-se que essas relações podem até mesmo influenciar e/ou violar o acesso e/ou exercício do direito humano à educação, bem como influenciar o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a representação e identificação de gênero e de raça entre o(a) professor(a) e o(a) aluno(a).

A partir deste estudo exploratório, sugere-se a formulação de políticas públicas que visem à democratização do acesso e da permanência na Educação Superior, seja na graduação ou na pós-graduação, com vistas a alcançar maior igualdade de condições entre pessoas de diferentes raças e sexos. No contexto da docência do Ensino Médio público, aponta-se a necessidade de desenvolver políticas de ação afirmativa para o ingresso no serviço público e para a ascensão profissional na carreira docente.

ALAN LEITE MOREIRA

Doutorando em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas pelo Centro Universitário Tiradentes (Unit). Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior pela UFPB. Bacharel em Farmácia e licenciado em Química pela UFPB. Técnico em Assuntos Educacionais da UFPB e professor de Química da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (SEEPB).

VIVIANNY KELLY GALVÃO

Doutora em Ciências Jurídicas pela UFPB. Mestra e Graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Professora de Direito Internacional e Direitos



Humanos no Unit. Professora Titular I do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas (SOTEPP), do Unit.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Ciência e Cultura*, [S. l.], v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a20v58n4.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- ARTES, A. Dimensionando as desigualdades por sexo e cor/raça na pós-graduação brasileira. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698192454>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- ARTES, A.; UNBEHAUM, S. As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 47, e228355, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Gdzt7NqL7ncDdBfGH9KLWZD>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BARATA, R. B. A Posição social e seus reflexos sobre a saúde. In: BARATA, R. B. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 23-29. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/48z26/pdf/barata-9788575413913.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico* Brasília: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.
- CARVALHO, M. R. V. de. Perfil do professor da educação básica. Brasília: Inep, 2018. (Série Documental Relatos de Pesquisa, n. 67). Disponível em: <http://relatos.inep.gov.br/ojs3/index.php/relatos/article/view/4083/3625>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- MARTINS, M. B.; RICHARTZ, T. A descaracterização da profissão docente resultante das desigualdades de gênero. In: ALMEIDA, F. A. de. (org.). *Políticas públicas, educação & diversidade: uma compreensão científica do real*. Guarujá: Científica, 2020. p 48-60.
- MONTEIRO, M. K.; ALTMANN, H. Ascensão na carreira docente e diferenças de gênero. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e70432, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Xwg7KwpWX3CCVkBTF39Tjzj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- NASCIMENTO, G. O negro na ciência brasileira contemporânea através de duas amostras. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 18, n. 206, p. 110-123, jul. 2018.



Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42406>.

Acesso em: 20 mar. 2022.

PRÁ, J. R.; CEGATTI, A. C. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016. Disponível em: www.esforce.org.br. Acesso em: 20 mar. 2022.

RISTOFF, D. O novo perfil do *campus* brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/yQz6tVyGStDkzSMZcVpkTbT/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 mar. 2022.

SANTOS, W. O. Branquitude e negrofilia: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 37, n. 3 p. 939-957, jul./set. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e53329/pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SOTERO, E. C. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, M. M. *et al.* (org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 1, p. 35-52. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

VANALI, A. C.; SILVA, P. V. B. da. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da universidade federal do paraná. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 86-108, jan./mar. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/Q7fwpFtyFzBW6qWS64HjbtN/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 mar. 2022.

VENCO, S. B.; SOUSA, F. B. Os professores da educação básica no Brasil: brancos e precários? *Políticas Educativas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 76-85, 2020.

Disponível em <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/109578>. Acesso em: 20 mar. 2022.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, Florianópolis, n. 17/18, p. 81-103, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 mar. 2022.

Recebido em: 30/10/2021.

Aprovado em: 28/06/2023.